

# FORMALISMO E DIALÉTICA

José Flávio BERTERO<sup>1</sup>

Tomarei como base para esses comentários o capítulo VI do livro de Bourdieu (1989), no qual ele se propõe examinar as lutas simbólicas. Inspira-se, para isso, na sociologia da representação, que tem em Durkheim a sua formulação clássica. Toma de empréstimo deste mesmo autor, via Bachelard, o seu racionalismo, que lhe permite efetuar a separação entre "classe teórica" e "classe real". A consequência inevitável desse procedimento é a negação de todo e qualquer ontologismo e a resultante formalização do conhecimento. Fato que lhe possibilita conceber o social como espaço social e dividi-lo em vários campos, os quais designa de "capital econômico", "capital cultural", "capital social" e "capital simbólico", geralmente chamado de prestígio, reputação, fama etc, que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (p.135).

O social pode ser dito e construído de distintas maneiras. A maneira pela qual ele é percebido, dito e construído depende de como ele é visto e dividido (p. 137). Os seus principais espaços são o econômico e o cultural. Mas isso não significa que não se possa organizar os agentes de acordo com outros princípios, a saber: o *étnico* e o *sexual*, por exemplo (p. 138 - os grifos são meus -). As classes se definem em conformidade com o espaço das posições, ou seja, elas são formadas por pessoas que têm posições semelhantes (p.136) nos campos econômico, cultural, social e simbólico. Vale ressaltar que isso marca uma ruptura com o marxismo, uma vez que este identifica a classe construída (teórica) com a classe real (empírica). Uma coisa é o conceito de classe; outra, é a classe real, empírica (p. 138).

<sup>1</sup> Departamento de Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP - Brasil.

Essa não é, contudo, a única ruptura com o marxismo. O marxismo oscila entre o determinismo econômico e o voluntarismo. O economicismo leva-o a reduzir o espaço multidimensional ao campo econômico, às relações de produção, desconsiderando por completo as "lutas simbólicas" (p. 133). De outra parte, opõe o que designa de "classes em si", com base em elementos objetivos, à "classe para si", assentada em elementos subjetivos. Explica a passagem de uma a outra de modo determinista ou voluntarista. No primeiro caso, a passagem é vista como inevitável, resultante que é da maturação das condições objetivas, mais precisamente da evolução das chamadas forças produtivas; no segundo caso, ela resulta da tomada de consciência de sua existência pela classe, graças, porém, à atuação do partido político.

Conquanto admita isto, Bourdieu mantém a sua crítica ao marxismo, tanto a que diz respeito ao seu determinismo econômico quanto a que se refere ao seu voluntarismo político. E mais: no seu entender, o marxismo faz desaparecer com isso a política, a ação das pessoas, em nome de uma definição teórica da classe e na crença da existência da classe, fundamento da autoridade de seus porta-vozes, que confundem a coisa da lógica com a lógica da coisa. Não percebem que se trata de coisas distintas. Uma coisa é a classificação realizada pelo estudioso. Outra, bem diversa, é a classificação continuamente produzida pelos agentes, que procuram modificar as suas posições na escala hierárquica-social (p. 139).

Por mais objetivista que seja a teoria, ela tem que integrar a representação social elaborada pelos agentes, bem como a contribuição que eles dão para a elaboração da visão de mundo e, desta forma, para construção da vida social, por meio do trabalho de representação que realizam permanentemente, para imporem a sua visão do mundo ou a visão de sua posição, a visão da sua identidade social (p. 139). A visão do mundo redundante de uma dupla estruturação: objetivamente, ela está estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes e às instituições oferecem-se à percepção de maneira muito desigual; subjetivamente, ela está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação,

principalmente os que estão sedimentados na linguagem, são produtos das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de modo alterado, o estado das relações de forças simbólicas (p. 139-40).

As relações de forças objetivas tendem a reproduzir-se nas visões que se têm da vida social, as quais, por sua vez, contribuem para a continuidade das ditas relações simbólicas, porque os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objetivas da vida social; e porque as relações de forças estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações (p.142). O que está em jogo na luta política são o conhecimento do social e as categorias que o tornam possível. A luta é ao mesmo tempo teórica e prática. Ela se dá com vistas a preservar ou mudar a sociedade, conservando ou transformando as categorias da percepção.

Toda essa digressão centra-se, a meu ver, na oposição entre "classe teórica" e "classe real", que nada mais é que uma forma de diferenciar o objeto do conhecimento do objeto real, diferenciação esta tão cara a Bourdieu e altamente discutível, sobretudo quando a interlocução é travada diretamente com Marx, sobejamente conhecido como o grande expoente da dialética materialista. Digo isso porque, ao diferenciar o objeto do conhecimento do objeto real, Bourdieu autonomiza o pensamento, que parte sempre de um conhecimento anterior, com o qual rompe, a fim de chegar a um novo conhecimento, mais preciso, consistente e próximo do real, mas sem nunca esgotá-lo, e cujo critério último de verdade reside na sua coerência interna, posto que a sua aplicabilidade se dá estritamente no âmbito teórico (BOURDIEU, 1988; 1989). Acaba, dessa maneira, por negar a idéia de universalidade, sem a qual a dialética não se sustenta, visto que concebe o social como síntese de muitas determinações, verdadeiro universal, que se concretiza de modo diverso, o que faz dele, social, um universal-concreto. Concebido desta forma, o social, ainda que se apresente empiricamente como coisa, não é uma coisa, que possa ser formalizada à sua revelia. Ele tem uma dada maneira de ser, uma lógica própria, regida por leis específicas, imprimidas pelo capital,

senhor da sociedade capitalista. Capital, notem bem, que, a despeito de sua aparência, também não é uma coisa, mas relação social, isto é, de classes, que se expressa sob a forma de valor, que se autonomiza, valorizando-se seguidamente, repondo assim, por meio desse processo de síntese, as condições necessárias à sua expansão (MARX, 1983; GIANNOTTI, 1975; 1976).

Malgrado esse ser social seja, de fato, uma relação de classes, paradoxalmente, estas giram ao seu redor. Mais do que isso. É ele quem determina a existência social das pessoas, impondo-lhes as suas inserções na estrutura de classes e na estratificação social, ditando-lhes, com efeito, a situação de classes e as suas respectivas posições na escala hierárquica social. Ser membro de uma classe ou mesmo de um estrato social é uma determinação do capital. A situação e a posição sociais, bem como o poder, são dados por ele que, em seu contínuo movimento de reposição, redefine tanto a situação de classes quanto a posição e o poder sociais das pessoas. Tanto é assim, que cada qual os carrega no seu bolso ou, melhor dizendo, é este que permite aquilatá-los e não a consciência, muito menos ainda a consciência empírica, manifesta sob as formas de prestígio ou fama.

Com efeito, pertencer à burguesia ou ao proletariado é uma imposição do capital. É por isso que, dependendo da forma assumida por este, o seu detentor pode ser um burguês industrial, comercial, financeiro ou agrário. Ainda mais: ele será um pequeno, médio ou grande burguês de acordo com o montante do seu capital. Se o poder de cada um é definido assim, isso quer dizer que ele cresce, decresce ou estanca conforme a dinâmica do capital. A medida que o capital se expande e se agiganta, também o poder do capitalista, que o personifica, tende a aumentar e se agigantar, incrementando o seu domínio sobre as coisas e as pessoas e elevando as suas situação e posição sociais. É o capital quem abre as oportunidades de mobilidade social, para cima ou para baixo (MARX, 1983; GIANNOTTI, 1977). A mesma coisa ocorre com o proletariado. Haja vista o que sucede com os assalariados, os desempregados e subempregados, cujos números são crescentes

no mundo atual, e que normalmente não gozam de prestígio ou fama. A determinação é geral. Nem sequer os estratos ficam à margem dela, pois a variação deles está diretamente relacionada à distribuição do produto social sob a forma de rendimentos (MARX, 1983), aos quais correspondem em regra graus diferenciados de prestígio e de fama. Pensar o inverso disso é render loas ao idealismo e ao empirismo. Ao idealismo, por explicar as classes e suas lutas pelo simbólico; ao empirismo, por explicar o simbólico pelas suas expressões empíricas: prestígio e fama, que, além do mais, são subjetivos. O que é contraditório, mormente para um adepto do racionalismo e crítico do empirismo, como é o caso de Bourdieu (BOURDIEU, 1988; 1989).

A determinação antes referida decorre de um processo que faz das pessoas seus pressupostos, principalmente enquanto membros das classes, que são as categorias estruturadoras da vida social e, por isso mesmo, das quais os estratos dependem, compostos que são por pessoas distribuídas hierarquicamente segundo uma escala de rendimento e de prestígio social (STAVENHAGEM, 1979; GIANNOTTI, [19-]). Nada mais social, por conseguinte sociológico, do que isso. Suprimam essas relações e ter-se-á destruído a sociedade inteira. São as relações sociais, de classe, que a constituem e não as relações inter-indivíduos. A sociedade não é um aglomerado de indivíduos. Quem assim pensa a atomiza de antemão. Tampouco é uma representação. Concebê-la nestes termos é ir ao encontro do idealismo (MARX, 1974a; 1974b). Salvo engano, Bourdieu incorre nesse duplo equívoco.

Como se nota, à distribuição do produto social conecta-se a distribuição social das pessoas. A distribuição do produto social implica uma apropriação real. Tal apropriação expressa, antes de mais nada, uma relação econômica. Sobre essa relação econômica assenta-se a relação jurídica de propriedade, sua expressão, que se autonomiza, desgarrando-se do seu fundamento, mas agindo sobre ele, sobredeterminando-o, de tal forma que, resultado que é, se apresenta como condição, isto é, como relação formal que põe os seus pressupostos: proprietários e não proprietários de capital. Fica,

assim, bloqueada qualquer possibilidade de determinismo ou de reducionismo econômico.

Aliás, atribuir determinismo ou reducionismo a Marx é ignorar o princípio de universalidade, próprio da dialética. É ignorar que o capital é um universal, universal que se faz concreto (MARX, 1974c), por meio de um processo, já aludido, em que cria e recria constantemente as condições de sua existência, pondo e repondo os seus pressupostos, como seus resultados. Trata-se de uma espécie, por assim dizer, de círculo dos círculos (GIANNOTTI, 1975; 1976), movimento esse no qual se inserem classes e estratos, que se redefinem nele, ao mesmo tempo que agem sobre ele, transformando-o.

É essa a razão por que nem classes nem estratos são estáticos, e sim, dinâmicos. Embora a dinâmica dos estratos dependa, no final das contas, da dinâmica das classes, nem mesmo eles são estáticos, uma vez que se renovam incessantemente. Penso já ter demonstrado a dependência dos estratos para com a situação de classe das pessoas. Todavia, não é demais reiterar que ela se deve, fundamentalmente, ao fato de o rendimento ser a forma concreta assumida pela distribuição da produção social, cuja determinação última é dada por ela. Claro é que, não obstante determinado, ele é determinante. Pois é de acordo com a apropriação do produto social pelas pessoas, sob as formas de salário, lucro ou juro e renda, que elas se reproduzem socialmente. E é de acordo com essa apropriação que se consuma a apropriação privada dos meios de produção e a exploração do trabalho dos não possuidores desses meios. Salário, lucro ou juro e renda continuam sendo a expressão econômica das relações sociais básicas da sociedade capitalista contemporânea, o que equívale a dizer que tais relações se mantêm no estágio atual de desenvolvimento da mencionada sociedade capitalista. Como essas relações são relações de classes, estas se mantêm igualmente. Mesmo porque, se são elas que constituem a sociedade, não há como manter a sociedade capitalista sem as classes que a constituem.

Ao separar as pessoas em proprietárias e não proprietárias, a relação jurídica não só viabiliza a organização do mercado de

trabalho como regulamenta a troca entre o capitalista e o trabalhador. A troca requer que as pessoas sejam livres e iguais. Nela, aliás, as pessoas, além de livres e iguais, gozam de liberdade e igualdade; gozam de liberdade por se dirigirem voluntariamente ao mercado; gozam de igualdade por trocarem valores equivalentes; no mercado reinam a liberdade e a igualdade, a troca; nele se tem ainda a afirmação da lei do valor. Contudo, à medida que se sai do seu âmbito e que se penetra na produção, verificam-se as ausências da liberdade e da igualdade; nesse nível, nem sequer troca há; o que há é uma simples apropriação do produto do trabalho alheio pelo capital. Se no mercado prevalecem a igualdade, a liberdade e a troca de equivalentes, na produção prevalecem a dominação e a exploração do trabalho pelo capital, personificados, respectivamente, por trabalhadores e capitalistas; prevalecem, portanto, a desigualdade e o antagonismo sociais, a não-troca e a negação da lei do valor; em resumo, tudo que se afirma no mercado é negado na produção (MARX, 1971; 1983).

Há que se observar, no entanto, que a figura típica do mercado é o indivíduo, ao passo que da produção são as classes sociais. Onde há classes há diferenças; desse modo, no lugar da igualdade tem-se a exploração; no lugar da liberdade, a dominação; no lugar da troca, a simples apropriação. Evidencia-se, assim, o antagonismo de classes, antagonismo inerente à sua existência. O que quer dizer que não há classes sem luta. E isso independentemente dos desdobramentos que esta possa vir a ter (ALTHUSSER, 1980; CARDOSO, 1972). Não só. Põem-se às claras os conceitos de poder e de política. O primeiro radica-se nas classes, cuja existência implica em lutas. A luta de classes, por sua vez, é uma luta política (MARX, 1974b). Política é, pois, luta de classes, em que pesem os argumentos de Bourdieu.

Mais uma coisa: o mercado é uma esfera fenomênica, aparente, a partir da qual são elaboradas as representações sociais. Tomem-se como exemplo as noções de liberdade e igualdade, há pouco mencionadas. São universais-concretos, ou seja, são universais postos pelo capital, mas que abstraem as suas determinações, em particular as relações de classes, as quais são

apresentadas por elas como relações entre indivíduos livres e iguais, e que possuem liberdade e igualdade. Oculta-se, dessa maneira, as efetivas relações, que se mostram de modo inverso ao que são.

É sobre essa transfiguração social, entretanto, que são elaboradas desde as concepções vulgares até as concepções mais sofisticadas, a saber: jurídicas, políticas, filosóficas, sociológicas etc. Temos aí um exemplo de relação entre infra e superestrutura, que, além de explicitar o lugar das representações na sociedade, inviabiliza a identificação de classes, sexo e raça, como quer Bourdieu. As classes são categorias estruturais e, conseqüentemente, históricas. Ao passo que sexo e raça são categorias empíricas, fenomênicas, que não têm, de forma alguma, o mesmo peso que as classes na edificação e no funcionamento da vida social. Não me consta que exista ou tenha existido um modo de produção sexual ou racial. Claro é que houve modos de produção escravistas, mas que não se constituíram e muito menos se caracterizaram pela cor da pele dos escravos, e sim pelas relações sociais de produção que travavam com seus senhores, relações essas que, em seu conjunto, formam uma unidade, a da sociedade escravista. Pois bem. Essa unidade é negada quando se admite o nivelamento de classes, raça e sexo. É o que se verifica em Bourdieu. Atesta isso a divisão do espaço social em vários campos, sem nexos internos entre si. Estranho, não? Mormente para quem é crítico do empirismo e do senso comum. Tem mais. Ao ater-se ao simbólico, Bourdieu atem-se à superestrutura. Fá-lo, ainda, priorizando o prestígio e a fama, que são subjetivos. Quer dizer: incorre tanto no idealismo quanto no subjetivismo. Talvez por isso revele dificuldades perante o materialismo.

Mas vamos adiante. Deixemos, por um instante, Bourdieu com suas incongruências e limitações. Ele certamente diria que o exemplo é infeliz, visto que é prisioneiro das relações de produção. Que isso é economicismo. E que esse é o ponto central da sua crítica ao marxismo. Pois o economicismo faz com que ele reduza o espaço social ao campo econômico, negligenciando totalmente



as "lutas simbólicas" que nada têm de idealistas e subjetivas, a não ser para um materialista vulgar.

Tal objeção remete à exposição anterior. Há nela um certo ontologismo, que revela a intransparência da sociedade capitalista. Intransparência essa produzida pela própria sociedade, que se projeta na sua superfície de maneira diametralmente oposta ao que efetivamente é. Lembro, a propósito, o capital, que não obstante não seja uma coisa, aparece como tal, e o que é pior, com a capacidade de gerar outras coisas. Isso é fetiche. Fetiche é inversão. Inversão é ideologia. Porém, imanente ao social. Quer dizer, tem existência objetiva, que, apesar de afetar a nossa consciência, só pode fazê-lo por existir concretamente. Ilustram isso as noções de liberdade e igualdade, autênticos universais-concretos, que, conquanto postos pelo capital, abstraem as relações sociais que o constituem, apresentando-as como relações entre indivíduos livres e iguais e que possuem liberdade e igualdade, sendo ademais sujeitos da troca.

Estamos aí diante de um mundo encantado e invertido. O mesmo acontece com as formas salário, lucro e renda, que aparecem na superfície social tendo por pressupostos únicos o trabalho, o capital e a propriedade da terra, vistos como fatores de produção. É sobre estas formas que se erguem as normas, os valores, os princípios e demais representações que norteiam a conduta social das pessoas. Nem por isso tais representações deixam de ser ideológicas. Chamar isso de economicismo é, para usar uma expressão de Bourdieu, "ignorar por completo" a maneira própria de ser da sociedade capitalista. Mais pertinente é saber como as determinações sociais perpassam essas representações e, reciprocamente, como elas atuam sobre as determinações sociais (LAPASSADE, 1972).

Mas não é só. Se por capitalista entende-se a sociedade que está sob o mando do capital, e se o capital é uma relação social, não é senão essa relação social que constitui a dita sociedade. Bem se sabe que essa relação social resulta de relações de classes, as

quais não podem ser suprimidas, sob pena de se suprimir com elas toda a sociedade. Trata-se, contudo, de uma relação geral, global, enfim, abstrata. E é nesse nível, antes de tudo, que se dá a luta entre elas: lutam entre si no processo produtivo, que é social; lutam pela apropriação do produto gerado, sob a forma de rendimentos, isto é, de salário, lucro e renda, apropriação que se processa por meio da distribuição, que é igualmente social. Claro é que as lutas assumem sempre dadas configurações concretas. Não entender, porém, o seu caráter verdadeiramente social, é não entender bulhufas a seu respeito (MARX, 1974d).

Vê-se quão social é a relação de produção. Social e política, diga-se, se por política entender-se a luta de classes, o que não acontece com Bourdieu, que a concebe como ação das pessoas que atuam nos vários campos constitutivos do social, particularmente no campo simbólico, local privilegiado do poder que separa as pessoas em posições dominantes e posições dominadas, as quais lutam entre si a fim de imporem as suas visões de mundo ou a visão de mundo de sua posição. Reduz, dessa maneira, o poder à representação, a política à conduta das pessoas, e o social ao espaço, ao qual comparecem as distintas formas de capital que, muito embora já assinaladas, não é demais reiterá-las: capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico. Tomando assim as coisas pelo avesso, Bourdieu não percebe o caráter propriamente social do capital, que passa a ser visto como coisa, não a coisa que gera outras coisas, mas a coisa econômica, cultural, social e simbólica.

Ora, sabe-se que o capital é uma relação social cujo conjunto forma a sociedade capitalista. Portanto, nem ele, capital, nem a sociedade em que impera são coisas. Mesmo assim, Bourdieu os coisifica. Com um agravante: no caso da sociedade, além de coisificá-la, fragmenta-a. Apesar de diferenciada internamente, a sociedade capitalista é una. Por olvidar disso, Bourdieu dá relativa autonomia às condutas das pessoas, deixando de lado a peculiar subsunção dessas condutas a essa unidade, que é dotada de uma dada racionalidade. Por isso, quem parte do indivíduo e de suas representações jamais chegará

à explicação devida do social. Simplesmente porque o destrói, assim como as suas determinações essenciais.

O que se está querendo mostrar com isso é a indissociabilidade entre a política e o social, de uma parte, e, de outra parte, o caráter de síntese do social que, conforme se sabe, não é um social qualquer, mas específico: o social capitalista, o qual, também se sabe, está sob a égide do capital que, como se viu, é uma relação social. Enquanto mandatário dessa sociedade, o capital a sintetiza. É ele, com efeito, que lhe confere unidade, do diverso, bem entendido, uma vez que não apaga as suas diferenças, antes, pelo contrário, as preserva e recria incessantemente, dentre elas as diferenças sociais, de classes, nas quais se assenta o poder político, dissimulado por Bourdieu, com suas concepções de poder e de política.

Também sob esse aspecto, afasta-se a crítica a Marx de que ele é economicista. Cabe aqui, aliás, reverter a crítica, perguntando a Bourdieu qual é a noção de totalidade presente em seu pensamento. Penso que não há nele tal noção, posto que, para ele, assim como Bachelard, seu mestre, o conhecimento é sempre relativo, nunca pleno. O que é uma decorrência natural da separação que fazem entre objeto real e objeto do conhecimento. Tal separação impossibilita qualquer ontologia. O processo de conhecimento torna-se, por sua vez, puramente formal. Nisso radica uma diferença básica entre esses autores e Durkheim, que, anteriormente a eles, procura combinar o racionalismo e o empirismo. Só o racionalismo, segundo observa, conduz ao idealismo; e só o empirismo conduz ao senso comum grosseiro, uma espécie de irracionalismo. Por isso, o ideal é nem idealismo nem irracionalismo, mas a fusão de ambos, do que resulta o racionalismo experimental. A experiência em Bourdieu se dá no âmbito estritamente conceitual, teórico. Conquanto adjetive de aplicado o seu racionalismo, a sua experiência não vai além daquele nível.

A isso tudo acresce-se o fato de as representações sociais não serem senão expressões ilusórias das relações sociais de produção. A propósito, o capital que, ao mesmo tempo que abstrai

tais relações, apresenta-as como relações das coisas entre si. Isso, já o dissemos, é ideologia, causada por essa expressão invertida das relações sociais, a partir da qual são elaboradas as mais variadas concepções, em geral apologéticas, porquanto mascaram e eternizam o epocal.

Vejamos o caso do Estado. Se bem que não se mostre como tal, e sim como uma comunidade de interesses, ele é, na verdade, sumário da sociedade. Sabemos, porém, que a sociedade redonda as relações sociais, isto é, de classes. Ao mostrar-se como representante dos interesses gerais, o Estado abstrai as referidas relações, tornando-se, em consequência, uma representação. Enquanto tal, é uma ideologia, malgrado toda a sua materialidade, pois inverte as relações que o sustentam e que o sintetiza, na medida em que aparece não como o Estado de classes, mas como representante dos *interesses* universais. É interessante perceber como certas lutas precisam encenar-se como se não existissem. Nisso inclui-se o direito, cujo caráter ideológico é sobejamente conhecido. Mas essas representações não são inertes. Desempenham um papel relevante na reprodução social. Se de uma parte o Estado enraíza-se nas relações sociais, de outra parte ele não só age sobre elas como lhes dá garantia. Não fosse assim, ele não as condensaria. É exatamente por isso que as suas instituições são atravessadas tanto pelo econômico quanto pelo social, político e ideológico.

O direito não é diferente. Também ele atua sobre as relações sociais, regulando-as, não obstante seja por elas determinado. Mas se o Estado e o direito alicerçam-se num solo material, nem por isso deixam de ser representações que, além de expressarem as relações sociais, em regra de modo falso, imaginário, agem sobre elas. Não há como excluir as representações da trama das relações sociais, mesmo porque, como expressões, as representações não têm existência própria, autônoma; elas ligam-se sempre às relações sociais, as quais exprimem. Não há nenhum determinismo nisso, bem o sabemos. Ao revés, o que se impõe é, como se disse alhures, saber como as determinações sociais perpassam as representações e,

inversamente, como estas atuam sobre aquelas. Mas isso não está ao alcance da mente de Bourdieu, prisioneira que é da lógica formal.

Pouco a pouco a crítica desse autor a Marx se desfaz. As representações não são mero reflexos. Pertencem a um dado ser social, o qual expressam. Ser esse que, embora diverso, é uno. Isso significa que sujeito e objeto são inseparáveis. O real é produto da atividade do sujeito. E o sujeito, no capitalismo, são as classes. São elas que, ao produzirem as condições de sua existência, produzem a si mesmas, bem como as representações sociais; produzem, com efeito, a própria sociedade, que se volta contra elas, determinando-as; razão pela qual fazem a sua própria história, porém sob condições dadas; neste caso, as referidas condições são dadas pelo capital, senhor absoluto na sociedade capitalista.

Bourdieu nada diz sobre isso. Não apenas não diz nada como impugna, taxando de economicista e voluntarista, o pensamento marxista revolucionário, que visa superar essa situação histórica, mediante associação da teoria revolucionária com a prática política revolucionária, para a qual é imprescindível a organização partidária.

Subjacente a essa concepção está o conhecimento teórico da totalidade social, que exprime uma relação mais adequada com a realidade, a qual corresponde uma forma mais elevada de consciência social, que diz respeito ao movimento de conjunto. Teoria e prática, assim como sujeito e objeto, são unos.

Compreende-se, assim, as implicações das idéias de Bourdieu. Além de fragmentar o social, dividindo-o em campos específicos, sem nexos intrínsecos entre si, ele retira o sujeito da história, ao dissociá-lo do objeto. Nega, dessa maneira, o todo e a história. A sociedade é reduzida a pedaços, e a história, à uma história sem sujeito - a menos que se entenda por sujeito o sujeito imaginário que apregoa, os chamados agentes sociais. Fica claro porque põe no mesmo plano classes, sexo e raça. Nada mais empiricista do que isso, paradoxalmente corrente sociológica essa pela qual tem verdadeira aversão. Talvez seja essa uma outra face do seu racionalismo exacerbado, que implica a divisão da sociedade nos

chamados campos sociais e na obsessão de encontrar a veracidade da explicação sociológica na consistência interna do discurso.

Retoma-se, entretanto, a questão relativa ao sujeito da história. Não me consta que haja nisso qualquer voluntarismo. Os homens não fazem a história voluntariamente, a seu bel prazer; fazem-na, ao contrário, como membros de classes determinadas, isto é, sob condições historicamente dadas. E se as classes passam de uma consciência imediata a uma consciência histórica, isso dificilmente ocorre de modo espontâneo. Fosse diferente, não haveria necessidade de partidos políticos revolucionários, nem mesmo de ciência. É desse processo que resulta a passagem da "classe em si" para a "classe para si". Não é que uma classe exista, num certo momento, como "classe em si" e, noutro momento, como "classe para si". Trata-se de um movimento contraditório, de um ir e vir contínuo, por meio do qual ela persiste nessa trajetória.

Nota-se, pelo exposto, que a sociedade capitalista não é clara ou cristalina. Muito pelo contrário, é obscura, opaca, em suma, intransparente, por isso mesmo ilusória, porquanto se mostra de um jeito oposto ao que realmente é. É justamente isso que torna necessária a ciência. Caso contrário, ela seria inteiramente supérflua. Todavia, a noção de ciência aqui implícita é bem diversa da noção de ciência propugnada por Bourdieu, que propõe uma separação entre ela, ciência, e a ideologia, o que não sucede em Marx, que concebe a ideologia como imanente à realidade social. Basta citar, a propósito, as noções de liberdade, igualdade, salário, lucro, renda etc, antes examinadas. Tais noções são, na linguagem de Marx, expressões imaginárias, categorias que correspondem a formas aparentes de relações essenciais. Toda ciência, exceto a de Bourdieu e a dos seus desafetos, os empiristas e os fenomenologistas, reconhece que as coisas apresentam, freqüentemente, uma aparência oposta à sua essência. E é sobre essas formas aparentes que são elaboradas as várias concepções, desde as vulgares até as jurídicas, políticas, artísticas, literárias, etc, todas as mistificações sociais, todos os embustes apologéticos da ordem social burguesa (MARX, 1983), dos quais muitos de nós somos tributários.

Percebe-se quão ingênua e, por que não dizer, retrógrada é a idéia que nega o papel da ciência para a prática política. Negar tal papel é condenar o homem comum à mediocridade, ao senso comum, próprio da vida imediata, da qual Bourdieu tanto quer se distanciar, mas que paradoxalmente acaba por se avizinhar. Como crítico da "classe real", afasta-se dela, vida imediata, o mesmo não acontecendo na defesa do poder simbólico. Em ambos os casos, no entanto, formaliza o conhecimento.

BERTERO, José Flávio. Formalism and dialectics. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.12, p. 127-141, 2002.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Posições: marxismo e luta de classes**. Rio de Janeiro: Graal, 1980. v. 2.

BOURDIEU, Pierre. **El oficio d sociólogo**. México, DF: Siglo Veintiuno, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Althusserianismo ou marxismo? A propósito do conceito de classes em Poulantzas: o método brasileiro**. São Paulo: Difel, 1972.

GIANOTTI, José Arthur. Classes sociais e o lado representativo do Estado: formas da sociabilidade capitalista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.24, [19-].

GIANOTTI, José Arthur. **Contra Akthusser: exercícios de filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

GIANOTTI, José Arthur. Em torno da questão do Estado e da burocracia. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 20, 1977.

GIANOTTI, José Arthur. Notas sobre a categoria modo de produção: para uso e abuso dos sociólogos. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 17, 1976.

LAPASSADE, G. et al. **Chaves da sociologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MARX, Karl. Elementos fundamentais para la crítica de la economía política. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1971. v.1.

MARX, Karl. La ideologia alemana. Barcelona: Grijalbo, 1974a.

MARX, Karl. Miséria da filosofia. Porto: Escorpião, 1974b.

MARX, Karl. O método da economia política. In:\_\_\_\_. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1974c. (Os Pensadores, 35).

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. São Paulo: Abril Cultural, 1974d.

STAVENHAGEN, R. Classes sociais e estratificação. In:\_\_\_\_. Classes rurais na sociedade agrícola. São Paulo: Loyola, 1979.

RESUMO: Trata-se de uma reflexão crítica acerca do capítulo VI do livro *O Poder Simbólico* de Pierre Bourdieu (1989), que se propõe a examinar as lutas simbólicas, inspirando-se, sobretudo, na sociologia da representação, cuja formulação clássica é de Durkheim. Toma de empréstimo desse mesmo autor, através de Bachelard, o seu racionalismo, que lhe permite efetuar a separação entre "classe teórica" e "classe real". Conforme o enfoque crítico do artigo, a consequência inevitável desse procedimento é a negação de todo e qualquer ontologismo e a resultante formalização do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia da representação; lutas simbólicas; campos sociais; economicismo; subjetivismo.

ABSTRACTS: Some critical considerations about chapter VI of *Poder Simbólico* by Pierre Bourdieu (1989), in which the author tries to examine the symbolic struggles, based on the sociology of representation, whose classical formulation comes from Durkheim. He also takes from this author, through Bachelard, his rationalism which allows him to separate the "theoretical class" and the "real class". According to the critical focus of the paper, the inevitable consequence of this procedure is the negation of any ontologism and the resulting formalization of knowledge.

KEYWORDS: Sociology of representation; symbolic struggles; social fields; economicism; subjectivism.